

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social – ASCOM

Destaque: (em negrito) Matérias que citam o Ministro Bento Albuquerque ou o MME:

Sumário

VEÍCULO: Valor Econômico.....	2
Título: Caiado critica Enel e propõe que EDP assuma concessão	2
Título: Destaques	4
Título: Weg fecha contrato para fornecer nova turbina eólica	4
Título: Cresce demanda de companhias por certificados de energia renovável	6
Título: Vale recupera valor de mercado após Brumadinho.....	7
Título: Meta é obter R\$ 150 bi neste ano com privatizações, diz Salim Mattar	8
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo.....	10
Título: Bolsonaro diz que não decidiu sobre benefício	10
Título: Passa no Posto Ipiranga.....	12
VEÍCULO: O Globo	13
Título: Petrobras vai fechar fábrica de fertilizantes no Paraná e demitir 396.....	13
Título: Governo quer R\$ 150 bi em privatizações este ano.....	14
Título: Petropolítica.....	16
Título: O que o ajuste fiscal já permitiu	17
Título: O presidente do "pré-Sol"	18

VEÍCULO: Valor Econômico**Data: 15/01/2020****Seção: Empresas****Autor: Rodrigo Polito e Rafael Bitencourt — Do Rio e de Brasília****Título: Caiado critica Enel e propõe que EDP assuma concessão**

O governador de Goiás, Ronaldo Caiado (DEM), voltou a criticar o grupo italiano Enel, dono da Enel Distribuição Goiás (antiga Celg D), pelos serviços de energia prestados no Estado. Em reunião realizada ontem, em Goiânia, com executivos da companhia, políticos locais e representante da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel), o governador defendeu a troca do controle da concessão da distribuidora, da Enel para o grupo português EDP, que, segundo ele, teria interesse no negócio.

“Ouvimos a história deles [Enel]. É uma repetição em que cada dia eles trazem um interlocutor novo da empresa. Agora trouxeram o diretor internacional [Livio Gallo, diretor global de infraestrutura e redes da Enel] para dizer que a Enel Goiás será a melhor distribuidora do Brasil”, disse Caiado, ao **Valor**. “Eu disse a eles que essa história está ficando muito repetitiva, muito chata. Assinamos a cada encontro um novo termo [de compromisso] e fica tudo no mesmo lugar.”

Para o governador, a Enel tem dificuldade de gestão “muito grande”, porque, embora o grupo atue em vários países, é uma estatal. “Até consultar Roma é um processo muito longo”, ironizou ele.

Caiado disse ainda ter proposto que a Enel faça troca de ativos com a EDP. “Falei para eles: ‘Olha, a EDP assume Goiás e vocês assumem outra coisa’. Eles [Enel] assumiram o serviço em São Paulo [em referência à aquisição da Eletropaulo]”, completou o governador, dizendo que a EDP manifestou a ele o interesse na concessão de Goiás.

Caiado disse ter recebido “ótimas referências” sobre o serviço da EDP no Espírito Santo, que poderia ser o ativo negociado na troca. Segundo o governador, os representantes da Enel recusaram a proposta e informaram que vão melhorar o serviço no Estado. O governador disse que a audiência foi pedida pela Enel e teve a presença do diretor da Aneel Rodrigo Limp.

O governador de Goiás afirmou que levará a proposta da troca de ativos ao presidente Jair Bolsonaro e ao **ministro de Minas e Energia, Bento Albuquerque**.

Após a reunião, Caiado publicou vídeo sobre o encontro em sua conta no Twitter. “Eles [Enel] insistem em querer dizer que vão melhorar o fornecimento

de energia. Mas vamos levar [ao presidente Bolsonaro] essa nossa expectativa de termos uma outra empresa em Goiás, que é a EDP, para podermos sair desse quadro de desencanto do povo goiano com a Enel”, disse.

Ao **Valor**, a Enel informou ter cumprido todas as metas previstas para 2019 no plano de ações e investimentos acordado em agosto com o Ministério de Minas e Energia (MME), a Aneel e o governo goiano. A companhia prevê investir R\$ 1 bilhão na rede elétrica goiana em 2020, valor cinco vezes maior ao que era aportado antes da privatização da Celg D.

A Enel acrescentou que os resultados já obtidos atestam o comprometimento da empresa com o Estado, “inclusive com a criação de novos empregos e capacitação de mão de obra local”.

A elétrica disse reafirmar o seu compromisso com o Estado e com os clientes goianos desde que assumiu a gestão da Celg D em 2017, “e continuará dedicando todos os seus esforços para garantir a confiabilidade do serviço no Estado”.

A EDP informou, em nota, que torce para que a operação do serviço da Enel em Goiás se consolide. A companhia não se manifestou sobre a declaração de Caiado de que ela teria interesse na concessão. “Relativamente às notícias veiculadas sobre a prestação de serviços de energia elétrica em Goiás, a companhia faz votos para que esta se consolide”, afirmou a EDP.

A proposta de Caiado, porém, não tem fundamento no arcabouço legal do setor. Por lei, apenas a Aneel pode fiscalizar e aferir a qualidade do serviço da empresa. Também apenas a agência pode recomendar ao MME a caducidade da concessão, após vencidas inúmeras etapas em âmbito regulatório. E apenas o poder concedente, representado pelo MME, pode cassar a concessão. E, mesmo após um processo do tipo, não há previsão legal para transferir diretamente a concessão para outro investidor.

“Essa proposta não tem condição legal. O contrato de concessão é com o poder concedente, a União, não é com o Estado de Goiás. Ele [Caiado] não tem como fazer essa proposta. O caminho legal para esse tipo de questão é pela Aneel, a partir da análise de dados de qualidade de serviço”, explicou o coordenador do Grupo de Estudos do Setor Elétrico (Gesel), da UFRJ, Nivalde de Castro.

Os recentes comentários de Caiado elevaram o clima de tensão entre o governo estadual e a Enel, ao mesmo tempo em que o governo federal busca criar ambiente atrativo para empresas privadas investirem em infraestrutura.

No ano passado, Caiado chegou a propor a rescisão do contrato de concessão da Enel Goiás. Um projeto de lei sobre o assunto foi entregue à Câmara dos Deputados, porém ele ainda não tramitou.

Em novembro, durante a divulgação do plano de negócios do grupo entre 2020 e 2022, que prevê investimentos de € 5,1 bilhões no Brasil, o presidente global da Enel, Francesco Starace, sustentou que não há caminho legal para o governo de Goiás suspender a concessão da distribuidora.

A Enel arrematou a concessão em leilão realizado no fim de 2016, com oferta de R\$ 2,2 bilhões.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	15/01/2020
Seção:	Empresas
Autor:	
Título:	Destaques

Petrobras deixa a África

A Petrobras finalizou a venda da participação de 50% que a Petrobras International Braspetro detinha na Petrobras Oil & Gas para a Petrovida, por US\$ 1,4 bilhão. A Petrovida é formada pela Vitol Investments Partnership, Africa Oil e Delonex Energy. Com a transação, a Petrobras encerra integralmente as suas atividades operacionais na África. A transação envolveu o valor total de US\$ 1,5 bilhão, ajustado para US\$ 1,4 bilhão, refletindo a incidência de juros sobre o preço de aquisição e a dedução da parcela que coube à Petrobras do pagamento de taxas para aprovação da transação pelo governo nigeriano.

VEÍCULO:	Valor Econômico
Data:	15/01/2020
Seção:	Empresas
Autor:	Letícia Fucuchima — De São Paulo
Título:	Weg fecha contrato para fornecer nova turbina eólica

A Weg assinou ontem com a Aliança Energia os primeiros contratos de fornecimento dos aerogeradores de 4,2 megawatts (MW), máquinas com maior potência e 82% mais eficientes do que as originalmente oferecidas pela empresa. Ao **Valor**, o diretor superintendente da WEG Energia, João Paulo da Silva, afirmou que a companhia está conversando com outros potenciais

clientes dos equipamentos e pretende ofertá-los também na Índia, um dos maiores mercados do mundo para a energia eólica.

A estreia dos aerogeradores de 4,2 MW da Weg será em quatro parques eólicos da Aliança Energia - joint venture entre Vale e Cemig -, que somam 180,6 MW de capacidade instalada. O negócio entre as empresas, no valor de R\$ 590 milhões, envolve o fornecimento de 43 turbinas eólicas e serviços de logística, montagem e comissionamento, além de operação e manutenção. As entregas dos equipamentos, que já entraram na carteira da Weg, devem começar em 2021 e se estender até 2022.

“Em termos de geração, essa máquina nova está bem competitiva, temos vários clientes interessados. E o fato de termos conseguido fechar esse contrato nos deixa duplamente satisfeitos, porque a empresa já comprou conosco e decidiu voltar para mais”, afirma o executivo da Weg. A fabricante catarinense forneceu os equipamentos para o Complexo Eólico Santo Inácio, o primeiro da Aliança Energia, que entrou em operação comercial em dezembro de 2017.

A nova turbina está sendo desenvolvida pela Weg em parceria com a Engie e a Celesc, no âmbito de um projeto de P&D no valor de R\$ 186 milhões. Um protótipo está em fase final de construção e será instalado próximo ao complexo térmico Jorge Lacerda (SC), da Engie. No futuro, as geradoras podem se tornar clientes do produto.

Mas a fabricante mira oportunidades para a máquina eólica também fora do Brasil: o foco está na Índia, onde a Weg já tem um complexo fabril e produz aerogeradores de 2,1 MW.

De acordo com Silva, a aposta na Índia se justifica pelo tamanho do mercado para geração eólica - quase três vezes maior do que o brasileiro - e pelo espaço para competir. “O mercado não é tão exaurido, em termos de concorrência, como o chinês”.

A Weg já está construindo um protótipo da turbina 4,2 MW na Índia, e pode iniciar cotações dos componentes para a fabricação local da máquina ainda no primeiro trimestre. A ideia é lançar o produto no mercado indiano e, eventualmente, exportá-lo para outros países da região.

Sobre perspectivas para energias renováveis no Brasil, o diretor da Weg afirma que os sinais de melhora da economia, ainda que aquém do esperado, representam um “alento” para a implementação de novos projetos de geração

em todos os segmentos. Ele lembra que o setor sofreu com a recessão econômica a partir de 2014, que reduziu o consumo de energia e estancou novos empreendimentos de geração.

Segundo levantamento da Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), o Brasil tem 8,4 gigawatts (GW) de capacidade contratada, distribuídos em 274 parques eólicos. Desse total, 2,5 GW, ou 87 parques, estão em construção atualmente.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/01/2020

Seção: Empresas

Autor: Letícia Fucuchima — De São Paulo

Título: Cresce demanda de companhias por certificados de energia renovável

Um número cada vez maior de empresas tem buscado adquirir certificados de energia renovável, os chamados RECs, como forma de reforçar seu comprometimento com políticas sustentáveis. Em 2019, o Brasil emitiu pouco mais de 2 milhões desses certificados, quase seis vezes mais que o verificado em 2018. E, para 2020, a expectativa é de duplicar o volume recorde do ano passado, afirma Celina Almeida, diretora do Instituto Totum, que é o emissor local dos RECs.

A escalada recente da demanda, explica a executiva, está associada à aplicação dos RECs no cumprimento de metas de sustentabilidade, ou como relato de resultados socioambientais. Um exemplo é o Protocolo GHG, ferramenta de contabilização de emissões de gases do efeito estufa - empresas detentoras dos certificados podem reportar emissões zero na categoria “consumo de energia” nessa plataforma.

Os RECs são uma forma de “rastrear” a energia renovável do ponto de geração até o consumidor final. Cada certificado adquirido comprova que 1 megawatt-hora (MWh) foi injetado no sistema elétrico a partir de uma fonte de geração de energia renovável.

“Acredito que esse mercado está num período de transição no Brasil. Nossa expectativa é de pelo menos duplicar a alta das emissões que tivemos em 2019”, diz a diretora do Instituto Totum. Entre as razões para essa aposta, ela cita a adoção definitiva dos certificados em plataformas como o Protocolo GHG, além do crescente interesse “voluntário” pelas fontes renováveis, sinalizando uma mudança de comportamento energético por parte das empresas.

O Brasil integra a plataforma International REC Standard (I-REC), que possibilita o comércio dos certificados. Esse sistema é adotado em outros países da América Latina, como México, Colômbia, Chile e Costa Rica, e em grandes mercados de energia, entre eles o da China, Índia e Israel. Já a Europa e a América do Norte possuem sistemas próprios para os certificados, que dão suporte às políticas públicas locais de energia renovável.

Entre os 23 países do International REC Standard, o Brasil registra o segundo maior volume de certificados emitidos. Em primeiro lugar está a China, que negociou mais de 8 milhões desses documentos no ano passado. Lá, o mercado de energia limpa é impulsionado pela necessidade de redução das emissões de gases estufa, já que o gigante asiático é um dos principais poluidores do mundo.

Já na comparação das quantidades de usinas certificadas, o Brasil lidera o ranking do International REC Standard. Até setembro de 2019, a plataforma registrava 106 empreendimentos rastreados no país, mais do que dobrando em relação a 2018. No total, esses projetos somam uma potência de cerca de 7.000 MW, equivalente a meia Usina Hidrelétrica de Itaipu. China e Índia, segundo e terceiro colocados no ranking, têm, respectivamente, 80 e 37 usinas que atendem os requisitos do padrão global de compra de energia renovável.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/01/2020

Seção: Finanças

Autor: Ana Carolina Neira e Ivan Ryngelblum — De São Paulo

Título: Vale recupera valor de mercado após Brumadinho

Quase um ano após o desastre de Brumadinho (MG), a Vale praticamente apagou as perdas no valor das ações após a tragédia ocorrida em 25 de janeiro de 2019. Ontem, os papéis ordinários da companhia fecharam em alta de 0,61%, cotados a R\$ 55,64. Na máxima do dia, o papel chegou a R\$ 56,35, quando subia 1,9% - maior preço nos últimos 12 meses. Um dia antes do incidente, estava em R\$ 54,91 e no primeiro pregão após o rompimento da barragem foi a R\$ 41,45.

O impacto da tragédia em Brumadinho pode ser traduzida no valor de mercado da empresa. Entre janeiro de 2018 e o início de 2019, ele passou de R\$ 220,79 bilhões para R\$ 296,72 bilhões. Mas, no pregão seguinte ao ocorrido, despencou para R\$ 223,96 bilhões, praticamente o mesmo nível observado um ano antes. Ontem, atingiu R\$ 294 bilhões.

Entre as razões apontadas para a recuperação do ativo estão o afastamento de Fabio Schvartsman e outros executivos do comando da companhia, o

fechamento de acordos de indenizações e o aumento dos investimentos em segurança.

“A grande questão era quais medidas a empresa tomaria para ajudar as vítimas e as precauções para que novos episódios semelhantes não acontecessem. Neste último ano, esses riscos foram sendo minimizados”, avalia Renato Ometto, gestor da Mauá Capital, para quem a Vale ainda tem potencial de atrair mais investidores diante de um balanço classificado como “saudável” e bem avaliado no mercado.

Ometto também diz que o patamar de preço atual do papel ainda é baixo quando comparado ao histórico da companhia e seus concorrentes, o que tende a atrair mais investidores. “Hoje a Vale tem um balanço saudável, poucas dívidas, um cenário global mais favorável e a possibilidade de voltar bons dividendos, além de ser favorecida por essa alta do dólar em suas exportações.”

O sócio da Portofino Investimentos, Adriano Cantreva, diz que outro fator que ajudou bastante na recuperação das ações da Vale neste último ano foi a melhora do cenário global. Há um ano, o conflito entre China e EUA permanecia acirrado e as especulações sobre uma recessão mundial eram muito mais fortes do que hoje. “Nesta semana temos a assinatura do acordo comercial, que deve favorecer bastante a economia da China, um importante mercado para o minério de ferro. Também afastamos o risco de recessão”, afirma. Ele, que também vê potencial de alta para as ações da companhia, diz que o mercado já precificou a totalidade dos eventos ligados ao desastre.

No entanto, esse potencial de alta ainda pode levar algum tempo para ser destravado, na avaliação de Tasso Vasconcellos, analista de mineração e siderurgia da Eleven Financial. “A gente entende que este desconto frente aos concorrentes está muito relacionado à governança e à incerteza com a companhia por conta de Brumadinho”, diz Vasconcellos.

Para o analista da Eleven Financial, essas atitudes, combinadas com a expectativa de que a Vale não terá de fazer um novo provisionamento para pagar indenizações e o bom perfil financeiro da empresa, devem levar a uma valorização das ações, reduzindo a diferença em relação aos concorrentes. “Com as nuvens negras se dispersando, a diferença vai cair”, diz.

VEÍCULO: Valor Econômico

Data: 15/01/2020

Seção: Brasil

Autor: Fabio Graner — De Brasília

Título: Meta é obter R\$ 150 bi neste ano com privatizações, diz Salim Mattar

O secretário especial de Desestatização, Desinvestimento e Mercados do Ministério da Economia, Salim Mattar, apresentou como meta para 2020 volume de R\$ 150 bilhões em vendas de participações do governo em empresas estatais. Esse valor refere-se às mais de 300 companhias que ele prevê que o governo privatize, total ou parcialmente, ou se desfaça de participações minoritárias, de um total de 624 ainda existentes.

“A meta para 2020 é ousada”, disse, reiterando que BB, Caixa e Petrobras não serão privatizados. “Os Correios, sim”, disse, embora na sequência tenha afirmado que os Correios estão para “avaliação” e dito que esse projeto não deve ser concluído neste ano ainda porque é bem mais complexo. “Liquidação dos Correios seria a última opção, está fora de cogitação”, disse.

Segundo ele, a administração está buscando informações sobre “investimentos que micaram” feitos pelo governo por meio de diferentes instrumentos, como o FI-FGTS. “Vamos avaliar onde aportamos dinheiro que foi bom e onde que deu errado”, disse, lembrando que é possível que investimentos tenham maus resultados que fazem parte do negócio. “Quando há investimento mal feito, o servidor tem que ser responsabilizado.”

Ele comentou que o Banco do Brasil tem participação em um banco no Egito e que a Caixa comprou participação em banco na Venezuela. Segundo o secretário, essa instituição venezuelana quebrou, “virou pó”, e já foi lançada em prejuízo. E que o governo enviará o problema às autoridades competentes para investigação. Mas depois amenizou e apontou que a Caixa decidiria como proceder no caso.

Ele criticou também o Estado ter participação em uma série de empresas, como do setor de telecomunicações, e agir como uma espécie de “hedge funds”. Mattar comentou que o governo fará uma espécie de pente-fino com os investimentos pelo FI-FGTS.

O secretário fez um balanço das ações de redução do Estado e se desfez totalmente de participações em 71 empresas, sendo 13 subsidiárias, 39 coligadas e 19 simples participações. “O processo de privatização é naturalmente lento, burocrático e tem que ser feito com cuidado porque estamos tratando de um bem da população.”

Ele avalia que os governos anteriores violaram o artigo 173 da Constituição, desvirtuando o Estado ao criar empresas sem imperativos de segurança nacional ou relevante interesse coletivo.

Mattar, disse que o governo pretende enviar em fevereiro o projeto de “fast track” (atalho) para as privatizações. Segundo ele, o projeto está pronto e prevê que obrigatoriamente as empresas privatizáveis sejam incluídas diretamente no Plano Nacional de Desestatização (PND), sem passar pelo Programa de Parcerias de Investimentos (PPI), etapa de avaliação sobre a conveniência de se privatizar ou não determinada companhia.

O secretário explicou que o processo de modelagem poderá ser feito pelo BNDES ou pela própria secretaria, e a ideia é simplificar os procedimentos. “Mas estamos conduzindo para tudo ser feito pelo BNDES, mas precisa ser mais rápido um pouco”, disse. “O ‘fast track’ é fundamental para cumprirmos a meta de privatizações de 2020”, afirmou.

Ele informou que as empresas a serem privatizadas devem estar listadas no projeto de “fast track” a ser encaminhado e que outros projetos com privatizações podem ser enviados simultaneamente para que o Congresso autorize sua venda, como a Casa da Moeda e Hemobrás (que depende de PEC).

Como a Eletrobras já está com projeto no Congresso, explicou, não há por que enviar outros projetos. “Acredito que conseguiremos passar neste ano ainda o PL da Eletrobras”, afirmou, acrescentando que o Congresso tem se mostrado sensível às necessidades do país, como quando aprovou a reforma da Previdência. “Eletrobras é nossa prioridade”, disse, apontando que sem a venda seriam necessários aportes anuais de R\$ 14 bilhões pelo Tesouro.

Sobre se seria uma contradição o Brasil aceitar que empresas estatais estrangeiras comprem as brasileiras, o diretor da secretaria, Daniel Cunha, disse que o relevante para o governo é garantir um melhor e mais eficiente serviço prestado para a população.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/01/2020

Seção: Política

Autor: Mateus Vargas

Título: Bolsonaro diz que não decidiu sobre benefício

O presidente Jair Bolsonaro disse ontem que não decidiu sobre a concessão de subsídio para a conta de luz de igrejas. “Estou apanhando e não decidi nada ainda”, afirmou ele em frente ao Palácio da Alvorada. “Eu não sei por que essa gana de dar pancada em mim o tempo todo. Eu assinei o decreto? Então por que essa pancada?”, continuou o presidente. Questionado se pretende assinar a concessão do subsídio, afirmou que vai decidir “na hora certa”, aos “48 do segundo tempo ou aos 54”. “Não tenho opinião para te dar”, declarou. Como mostrou o Estado na semana passada, a pedido do presidente, uma minuta de decreto para conceder benefício na conta de luz de templos religiosos foi elaborada pelo **Ministério de Minas e Energia** e enviada à pasta da Economia.

A articulação provocou atrito no governo, já que a equipe econômica rejeita a medida. A bancada evangélica é, atualmente, a principal base de sustentação do governo, e Bolsonaro tem atendido a suas reivindicações desde que assumiu a Presidência. A influência de líderes evangélicos sobre o Planalto é cada vez maior e o próprio presidente já disse que quer tê-los por perto na administração. O secretário especial de Fazenda do Ministério da Economia, Waldery Rodrigues, disse ontem que, apesar de haver uma “diretriz geral” de redução de benefícios fiscais, novos subsídios poderão ser criados, se forem considerados “meritórios” pelo governo.

“Governar é definir quais prioridades serão dadas. Para a criação de um novo gasto tributário, é preciso haver compensação”, afirmou. Rodrigues evitou comentar sobre a proposta de subsídio para o consumo de energia elétrica por templo. “(O impacto) ainda está em análise”, declarou. Nos bastidores, a equipe econômica se posicionou contra a concessão do que vem sendo chamado de “dízimo elétrico”, que vai contra a agenda de redução do custo da energia, insumo considerado fundamental para a retomada do crescimento.

Livro. A decisão de Fabrício Queiroz, ex-assessor de Flávio Bolsonaro na Assembleia Legislativa do Rio, de se ausentar em depoimentos convocados pelo Ministério Público do Rio teria tido aval do presidente Jair Bolsonaro, segundo o livro Tormenta – O governo Bolsonaro: crises, intrigas e segredos, da jornalista Thaís Oyama, que tem lançamento marcado para a próxima segunda-feira. Na obra, a autora afirma que Bolsonaro e o advogado Frederick Wassef atuaram para postergar o depoimento de Queiroz e levar o caso ao Supremo Tribunal Federal (STF). “O livro é fake news, um livro mentiroso, não vou responder”, disse Bolsonaro ontem. Procurado, Wassef não respondeu. / COLABORARAM EDUARDO RODRIGUES e FABRÍCIO DE CASTRO

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Data: 15/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Vera Magalhães**Título: Passa no Posto Ipiranga**

Nada como uma melhora, mesmo tímida, nas condições financeiras e um verão ensolarado para deixar a pessoa animada e propensa a gastar. Parece ser esse o estado de espírito de um Jair Bolsonaro que, ademais, se esqueceu de levar o protetor solar na mala e voltou das férias na praia tão torrado quanto mão aberta. Subsídios? Tem de ver isso aí, talkey? Salário mínimo? Dá para pagar um pouco mais. Décimo terceiro para o Bolsa Família? Passa ali no Posto Ipiranga. Teto de gastos? Vocês da imprensa só querem falar de notícia ruim. E Paulo Guedes que trate de assinar os cheques. Mas existe dinheiro para todas as bondades que o presidente quer praticar em 2020? Assegurado, não. Embora tenha concordado com o reajuste maior que o previsto inicialmente no mínimo, o próprio ministro da Economia deixou claro que ainda não há provisão de receita para bancar seu custo, de R\$ 2,3 bilhões neste ano. Diz que em breve será anunciado de onde vai “aparecer” o dinheiro.

Aguardemos. Ou oremos, já que, tudo indica, uma das tendências do ano novo da ganância de Bolsonaro é ajudar a encher as burras das igrejas evangélicas, que, afinal, estão coletando “de graça” assinaturas para a criação do Aliança pelo Brasil. Depois de aventar o subsídio da conta de luz para templos religiosos, o presidente desconversou. Disse que ainda não decidiu e que está levando “pancada” à toa. Como a desinformação é o método de Bolsonaro se comunicar, convém esclarecer: a seu pedido, o **Ministério de Minas e Energia** elaborou uma minuta de decreto com a subvenção aos templos. O populismo tarifário religioso custaria R\$ 30 milhões ao ano. A manutenção de outro desses benefícios, o concedido – por Dilma Rousseff, é bom frisar – à colocação de placas de energia solar em residências, custará algo como R\$ 30 bilhões até 2035.

O presidente deve achar que o Posto Ipiranga fabrica dinheiro. Não só ainda não tem essa capacidade como terá limites ainda mais estritos para cumprir neste ano. Não poderá, por exemplo, custear o estouro do teto de gastos por parte do Judiciário e do Legislativo, o que já vai custar uma pressão política e tanto num ano cheio de votações complicadas no Congresso e demandas igualmente complexas no STF. As privatizações, com as quais Guedes e equipe estimam obter exagerados R\$ 150 bilhões em 2020, ainda dependem de uma série de circunstâncias políticas, muito mais complexas quando se sabe que este é um ano eleitoral – portanto com calendário legislativo mais curto e disposição dos parlamentares ao desgate bastante reduzida.

A venda da Eletrobrás, carro-chefe do pacote, conta com a obstrução ativa do presidente do Senado, Davi Alcolumbre (DEM-AP), que tem sido um “facilitador” da vida do governo em outras áreas, mas fez desta pauta um cavalo

de batalha. Por fim, Guedes empenha um otimismo exagerado em que a linha de montagem de reformas que desenhou vá funcionar azeitadinha, mas ela tende a já emperrar na saída, uma vez que Bolsonaro não parece disposto a bancar a reforma administrativa e se indispor de vez com o funcionalismo público. O presidente demonstra crer que já fez sua cota de maldade com a reforma da Previdência, e sua prioridade neste ano, está óbvio, é pavimentar o caminho para o partido de sua família e atravessar o deserto da denúncia contra o filho Flávio, sem muitos solavancos.

Guedes estará em Davos na semana que vem, onde deve desfilar os relativamente bons resultados da economia no primeiro ano e propagar perspectivas mais animadoras para o segundo. Diante da diferença de tom entre ele e Bolsonaro nesta largada, a melhor notícia é que o presidente tenha desistido de acompanhá-lo na viagem.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/01/2020

Seção: Economia

Autor: RAMONA ORDONEZ

Título: Petrobras vai fechar fábrica de fertilizantes no Paraná e demitir 396

A Petrobras anunciou ontem que vai fechar a fábrica de fertilizantes Araucária Nitrogenados (Ansa), no Paraná, e demitir todos os 396 funcionários. Segundo a estatal, os trabalhadores não são considerados funcionários diretos da Petrobras e, por isso, não poderiam ser remanejados para outras de suas unidades.

Comprada da Vale em 2013 por R\$ 234 milhões, a fábrica tem autonomia estatutária e status jurídico distinto.

A decisão faz parte do plano, iniciado em 2016, de sair do segmento de fertilizantes como parte da estratégia de focar na produção de petróleo. No fim de 2019, sem conseguir vender outras duas fábricas de fertilizantes no Nordeste, a Petrobras resolveu arrendá-las a uma empresa privada.

A Petrobras negociava a venda da Ansa para o grupo russo Acron, mas não teve sucesso. A estatal continua a negociar com a Acron a venda de outra fábrica de fertilizantes no Mato Grosso do Sul, a UFN3, mas decidiu fechar a Ansa, alegando que a fábrica “vem apresentando recorrentes prejuízos” desde que foi adquirida por R\$ 234 milhões. Entre janeiro e setembro de 2019, a Ansa acumulou perdas de R\$ 250 milhões, diz a Petrobras.

PACOTE EXTRA

A estatal afirmou que, além das verbas rescisórias, vai conceder aos demitidos “um pacote adicional” de indenizações entre R\$ 50 mil e R\$ 200 mil, dependendo do cargo e tempo de casa, e manter planos de saúde e auxílio educacional por até dois anos. Também promete “assessoria de recolocação profissional”..

Segundo fontes do setor, a venda da Ansa para a Acron não foi adiante porque perdeu viabilidade econômica diante da concorrência da China, que se tornou um grande exportador mundial de ureia, um dos produtos finais da fábrica, que também produz amônia.

O aumento da produção chinesa contribui, desde 2014, para a queda global dos preços do setor. No caso da Ansa, que fica em Araucária, região metropolitana de Curitiba, os produtos finais já estão mais baratos que a matéria-prima, o resíduo asfáltico, segundo explicou a Petrobras. A Ansa é a única fábrica de fertilizantes do país que usa esse insumo.

Rodrigo Maia, diretor do Sindiquímico Paraná, disse que a decisão surpreendeu os trabalhadores, apesar de a unidade estar no plano de desinvestimentos da estatal desde 2016. Segundo ele, além dos 396 funcionários, também serão demitidos outros 600 terceirizados, causando forte impacto econômico em Araucária, na região metropolitana de Curitiba, onde fica a fábrica.

O sindicalista argumenta que os prejuízos da Ansa são provocados pela própria Petrobras, que administra os preços dos insumos vindos da refinaria Repar. Ele recebeu apoio da Federação Única dos Trabalhadores (FUP) e busca políticos do estado para tentar mudar a decisão da Petrobras, ou pelo menos o aproveitamento de parte dos funcionários.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/01/2020

Seção: Economia

Autor: MARCELLO CORREA

Título: Governo quer R\$ 150 bi em privatizações este ano

Secretário diz que Executivo encaminhará em fevereiro proposta para criar uma ‘pista rápida’ para agilizar vendas de estatais. Expectativa é se desfazer de 300 empresas, incluindo Eletrobras e suas 210 subsidiárias

BRASÍLIA- O governo pretende arrecadar neste ano R\$ 150 bilhões com privatizações. A meta foi divulgada ontem pelo secretário especial de Desestatização, Desinvestimentos e Mercados do Ministério da Economia, Salim

Mattar. Ao todo, a expectativa é se desfazer de 300 empresas — só subsidiárias da Eletrobras, cuja privatização está sendo analisada pelo Congresso, somam 210.

Mattar admite que o plano é ambicioso. Para tirá-lo do papel, o governo vai enviar em fevereiro um projeto de lei que cria um fasttrack (pista rápida, em inglês) para agilizar o processo de venda de estatais.

— Estamos neste momento elaborando um fast track, que já está praticamente pronto. É uma forma de a gente acelerar esse processo de venda. A meta depende de o fast track passar — disse o secretário.

Um dos pontos da nova legislação é permitir que a venda de determinadas empresas pule etapas do processo de privatização normal. As estatais que forem incluídas no texto não passarão pelo Programa de Parceria de Investimentos (PPI), etapa onde hoje as empresas ficam, em média, 3,5 meses.

A proposta

também prevê prazos mais curtos para a contratação de consultorias técnicas.

A privatização da Eletrobras, que chegou a ser prevista para 2019, não deve entrar no fast track porque a equipe econômica entende que o processo já está relativamente avançado, com o projeto de lei pronto para ser analisado no Congresso. Mattar não revelou quais são as empresas que entrarão na lista de venda expressa.

RESISTÊNCIA LEGISLATIVA

O processo de venda da Eletrobras enfrenta resistência no Congresso.

Perguntado sobre a viabilidade de aprovar a proposta este ano, Mattar disse acreditar ser possível. E ressaltou que considera a aprovação da reforma da Previdência um sinal de que o Legislativo está mais sensível à agenda econômica do governo:

— Quando iniciamos a conversa sobre a reforma da Previdência, no início vocês viram a quantidade de barulhos, ruídos, resistência. A reforma da Previdência passou maravilhosamente bem. O Congresso brasileiro é responsável, agiu com sensatez e com cuidado com a coisa pública.

A metade privatizações para este ano é maior que o resultado obtido em 2019. Segundo balanço, também divulgado ontem, o governo se desfez de 71 ativos, incluindo 13 subsidiárias, 39 coligadas e 19 participações. Ao todo, foram arrecadados R\$ 105,4 bilhões, superando a meta, de R\$ 80 bilhões.

Mattar não divulgou uma meta global de privatizações para os quatro anos de mandato. O ministro da Economia, Paulo Guedes, costuma dizer que seu

objetivo é privatizar todas as estatais, em uma estratégia de estabelecer metas ambiciosas para alcançar o máximo possível.

O Ministério da Economia estima que as estatais tenham um valor de mercado combinado de R\$ 1 trilhão. Esse montante, porém, inclui empresas hoje consideradas intocáveis: Petrobras, Banco do Brasil e Caixa Econômica Federal. Mattar voltou a afirmar que elas não serão vendidas: — O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal e a Petrobras não serão privatizadas.

CORREIOS, SÓ EM 2021

Os Correios, no entanto, estão no radar. Mattar disse que a expectativa é vender a estatal em 2021, mas admitiu que o processo é complexo.

Ao comentar o balanço, Mattar disse querer fazer um pente-fino nas participações societárias de estatais. Segundo ele, serão acionados órgãos de controle para avaliar o investimento da Caixa em um banco da Venezuela.

Previsão de alta do PIB este ano sobe a 2,4%

> O governo prevê um cenário de retomada econômica para este ano e, por isso, elevou a projeção de crescimento do PIB de 2,32% para 2,4%. A estimativa foi divulgada ontem pela Secretaria de Política Econômica (SPE) do Ministério da Economia, que prevê também inflação de 3,62% (contra 3,53% antes) para 3,62%, ainda assim abaixo da meta oficial, de 4%.

> Os dados fazem parte do Boletim Macro Fiscal. O relatório também atualizou a projeção para o crescimento econômico em 2019 - que será divulgado em março — de 0,9% para 1,12%.

> “O emprego formal tem apresentado aceleração nos últimos meses, dando sinais de aquecimento da economia”, afirma o boletim.

> O secretário especial de Fazenda, Waldery Rodrigues, disse que a melhora das expectativas está ligada a uma perspectiva mais favorável para as contas públicas, citando o nível de endividamento. Pelas projeções atuais, o governo prevê que a dívida pública não ultrapassará os 80% do PIB e já começará a ter viés de queda este ano. (MC)

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Petropolítica

Há no Conselho da Petrobras quem considere inócua a decisão da estatal de reduzir o preço da gasolina e do diesel nas refinarias em 3%; e que também passaria a ideia de que a empresa jogou para a plateia.

VEÍCULO: O Globo

Data: 15/01/2020

Seção: Colunas

Autor: Míriam Leitão

Título: O que o ajuste fiscal já permitiu

O Congresso, ao voltar, terá uma tarefa imediata. Decidir se dará seguimento à tramitação do projeto de venda da Eletrobras. Se não andar nada em fevereiro, na primeira revisão bimestral do Orçamento, em março, o governo terá que contingenciar R\$ 16 bilhões. Mas há boas notícias fiscais. Uma delas é a contínua redução da dívida pública. Se os juros forem mantidos nos níveis atuais até o fim do ano, mesmo sem qualquer queda eventual, o governo terá economizado em dois anos quase R\$ 200 bilhões só em pagamento de juros.

O contingenciamento é obrigatório pelas regras orçamentárias. Na contada receitas entraram os R\$ 16 bilhões que o governo deve arrecadar com a renovação das usinas, que só pode acontecer se a Eletrobras for privatizada. E pela lei, no final de março, o governo terá que dizer como está a gestão orçamentária. Nessa revisão, terá que comprovar que o projeto está andando. Do contrário, há risco de frustração de receita, e o congelamento de despesas é automático.

No final do ano passado, o governo acabou liberando tudo o que contingenciou. Mas o problema é que a liberação em muitos casos chegou tarde demais. A receita extra veio do leilão do petróleo. Até o início de dezembro havia R\$ 34 bilhões bloqueados. Quando liberou, muitos ministérios não conseguiram gastar. O ano passado terminou com dados fiscais muito melhores do que o imaginado, mas ainda com déficit. Se parte desse dinheiro liberado no final de 2019 for gasto este ano, isso pressionará as contas de 2020. São os problemas das muitas regras engessadas do orçamento brasileiro.

A decisão de aumentar o salário mínimo na proporção da inflação do ano passado foi tomada na equipe econômica por dois motivos: primeiro, porque a lei exige que haja recomposição do poder de compra do salário mínimo. Segundo, como será por MP, o Congresso poderia mudar. O que criou a defasagem foi que a inflação subiu no final do ano, mais precisamente, no último mês. Por isso a inflação de fato ocorrida foi um ponto percentual acima das projeções.

Mas não há espaço para novas pressões de gastos. Uma delas foi o pedido do presidente Bolsonaro de se dar redução na conta de luz dos templos religiosos. As igrejas já têm deduções ou isenções em vários tributos como Imposto de Renda e IPTU. Se tiverem privilégios nos pagamentos da energia, isso será pago pelos outros consumidores. Pelo contrato, a empresa de energia não pode ter prejuízo na venda de luz. Então alguém pagará. Além do mais, isso vai na direção oposta da defendida pelo Ministério da Economia.

O temor entre integrantes da equipe econômica é que as notícias de melhora nas contas do governo sejam entendidas como licença para aumentar os gastos. Alguns são indispensáveis, evidentemente. Mas o que se ouve por lá é que o Brasil não pode esquecer que ainda é um país deficitário e com uma grande dívida pública.

A melhora mais visível foi exatamente na dívida. Essa redução dos juros e, portanto, dos custos, começou no governo Temer, quando a Selic saiu, de forma consistente, de 14,25% até 6,5%. Mas as quedas que aconteceram no atual governo já produziram efeito. Na conta de juros brutos, o governo pagou, em 2019, R\$69 bilhões a menos do que pagaria se a Selic permanecesse em 6,5%. E este ano, se ficar constante, haverá outra redução de R\$ 120 bilhões. O governo pagava de juros 9% do PIB em 2015 e deve estar pagando entre 4% e 4,5% agora, segundo fontes do governo. A mudança da TJLP para TLP, também na administração Temer, diminuiu o subsídio financeiro concedido via BNDES. E o banco no ano passado devolveu ao Tesouro R\$ 123 bilhões, que foram usados para abater dívida. Além disso, houve a reforma da Previdência, que não tem efeito imediato, mas melhora as projeções, e a venda de parte das reservas cambiais.

Tudo isso fez cair a dívida pública. A previsão era de que bateria em 80% do PIB e está em 77%. Essa reversão estava projetada pelos economistas para acontecer no próximo mandato presidencial. Já está acontecendo. O temor agora é que o mundo político entenda isso como licença para ampliar gastos. E por mundo político entenda-se até o presidente, com pressões como essa da energia dos templos religiosos. O Brasil é um país que está começando o seu ajuste fiscal. Há muito a ser feito.

VEÍCULO: Correio Braziliense

Data: 15/01/2020

Seção: Política

Autor: Simone Kafruni e Rodolfo Costa

Título: O presidente do "pré-Sol"

A polêmica sobre o fim dos subsídios para a geração distribuída (GD), como a energia solar produzida por painéis fotovoltaicos, está longe de acabar. Embora a equipe econômica insista sobre a importância de reduzir os benefícios, o líder do governo na Câmara, deputado Major Vitor Hugo (PSL-GO), disse, ontem, que, assim como o ex-presidente Lula ficou marcado pela descoberta do pré-sal, a meta é marcar o atual mandato como impulsionador do pré-Sol. O parlamentar se articula para criar polos de geração em Cristalina (GO). “A gente quer tornar o Jair (Bolsonaro) o presidente do pré-Sol, que vai desenvolver a ideia de energia solar a partir desses polos.”

Bolsonaro já afirmou que é “contra a taxaço do Sol”, e o governo anunciou que a alocaço dos benefícios será tratada via projeto de lei. Na opinião da advogada e economista Elena Landau, é populismo. “O governo está usando o termo errado, não é taxaço do Sol, e tratando as pessoas que querem o fim dos subsídios como se fossem contra a energia solar”, disse. “Todos são a favor de uma matriz limpa e renovável. A questão é quem vai pagar”, alertou. Segundo a especialista, o presidente não pode interferir na Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). “Isso daria um sinal de insegurança jurídica.”

Procurado, o órgão regulador explicou que continuam os trâmites da consulta para revisar a Resolução 482, que trata da compensação energética. A audiência pública terminou em dezembro de 2019 e “a agência segue analisando as contribuições feitas pelos agentes do setor”, afirmou, em nota. “Cabe esclarecer que compete ao órgão regulador executar as políticas emanadas do Poder Executivo e do Congresso Nacional”, informou a Aneel.

Claudio Sales, presidente do Instituto Acende Brasil, destacou que se trata de um subsídio, cobrado na tarifa de todos os consumidores, cuja estimativa de valor dos próximos 15 anos chega a R\$ 55 bilhões. Segundo o especialista, o benefício não faz mais sentido, porque o custo de instalação caiu 74% e a eficiência aumentou 30%. “Tanto que a energia solar está entre as mais competitivas nos leilões de energia”, justificou. “Não é atribuição da Presidência da República tomar decisão regulatória da alçada da Aneel”, acrescentou.

Para o presidente da Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (Abradee), Marcos Madureira, o próprio Bolsonaro garantiu a autonomia da Aneel. “É importante para a estabilidade do setor elétrico e para despertar o interesse de investidores no país”, ressaltou. Madureira explicou que o subsídio existe e é da ordem de R\$ 950 milhões por ano. O valor é pago por todos os brasileiros, rateado na tarifa de energia elétrica. “Daqui a dois anos, o custo anual será de R\$ 3 bilhões, se nada mudar. Essa é a realidade”, frisou.

Madureira destacou que as taxas de retorno dos negócios de energia solar são de 30% a 35%. “A previsão da Aneel, após as adequações, é de que caiam para

15% a 18%. Ainda muito interessantes”, calculou. Segundo ele, 70% dos brasileiros consomem menos de 200 quilowatts (kW) e 5% acima de 500 kW. “Na geração distribuída, 50% são acima de 500kW”, comparou.

Saiba mais

Compensação

A Resolução 482 da Aneel, criada em 2012 e que previa a revisão em 2019, permitiu o sistema de compensação energética para viabilizar a energia solar. Segundo o presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, funciona assim: quem produz, gera quando tem Sol, consome o que estiver gastando e o que sobrar entrega para a rede; quando não tem Sol, tira da rede, e as quantidades de energia são compensadas. Mas, na conta de luz, apenas 40% diz respeito à energia em si, os outros 60% são encargos, impostos, custos de transmissão e distribuição. Além disso, o valor da energia é diferente. Em horário de pico, é mais cara. A proposta em análise prevê compensar energia por energia.

MME / ASCOM .